



Reforma Trabalhista

A segurança jurídica que o setor produtivo precisa

Você sabe o que muda com a modernização das leis de trabalho, sancionada em julho deste ano? A Comissão Jurídica (Comjur) da Fetrancesc separou as principais mudanças para esta edição.

Páginas 16 e 17

Leia também:

Dia do Motorista envolve trabalhadores do setor em todas as regiões do Estado. (Páginas 04 e 05)

Roubo de Cargas: Coletiva de imprensa apresenta panorama de ocorrências em SC e no Brasil. (Páginas 10 e 11)

Frente Parlamentar de SC recebe pleitos do setor produtivo em café da manhã com as federações do Cofem, em Brasília. (Página 25)



Expediente

Federação das Empresas de Transporte de Carga e Logística no Estado de Santa Catarina – Fetransesc

Rua José Cândido da Silva, nº 225, bairro Balneário Estreito – Florianópolis/SC. CEP: 88075-250
 Telefone: (48) 3248-1104

Diretoria

Presidente: **Ari Rabaioili**

Primeiro vice-presidente: **Dagnor Roberto Schneider**

Segundo vice-presidente: **Ivanir Paulo Carlesso (in memoriam)**

Vice-presidente regional: **Diógenes Gilberto Fabris**

Vice-presidente regional: **Lorisvaldo Piuco**

Vice-presidente regional: **Paulo Simioni**

Vice-presidente regional: **Valmor Zanella**

Primeiro diretor secretário: **Alex Albert Breier**

Segundo diretor secretário: **Paulo Cesar Daniel Zendron**

Primeiro diretor financeiro: **Wilson Steingraber Júnior**

Segundo diretor financeiro: **Leonir Palhano**

Primeiro diretor Político Institucional: **Vilmar José Rui**

Segundo diretor Político Institucional: **Altaides Isotton**

Conselho Fiscal

Efetivo: Eduardo Venson, Ruy Hermes Gobbi e Sérgio Sartor.

Suplentes: Carlos Augusto Rosa, Sílvio Schroeder e Paulo Ricardo Garcia Berlanda.

Edição e Produção

Heloiza Abreu (SC – 5253 – JP)

Paulo Rolemberg (DRT-777 SE)

imprensa@fetransesc.com.br

Diagramação

Sabiá Estúdio

contato@sabiaestudio.com.br

Impressão

Gráfica Tipotil

Tiragem desta edição: 2 mil exemplares



Editorial: As mudanças que o Brasil precisa	3
Dia do Motorista: Ações em todo o estado celebram o dia dos heróis das estradas	4
Oeste Catarinense recebe 2ª reunião itinerante da Diretoria da Fetransesc	6
Página da SETRANSC	8
Roubo de cargas cresce 274% em SC 10	10
Sócios Mantenedores	12
ANTT publica cronograma de instalação da identificação eletrônica em veículos de carga	14
Reforma Trabalhista: O que muda na relação empregatícia	16
Aprovesc: O verdadeiro associativismo de proteção	18
Sector produtivo: Cofem/SC apela por reformas estruturantes do País	20
Volvo FH é o caminhão com melhor valor de revenda	22
SETCECSC: Lideranças empresariais pressionam por duplicação da BR-470	24
Por um novo Brasil: Cofem/SC entrega pleitos do setor produtivo à Frente Parlamentar Catarinense	25
Tradição e inovação são aliadas para o constante desenvolvimento da Tombini Transportes	26
Transpocred é única do segmento a participar da TranspoSul, em RS	28
Artigo Jurídico: Crise? É possível se proteger com planejamento tributário	30
Agenda Fetransesc	31

As mudanças que o Brasil precisa



Ari Rabioli
Presidente da Fetrancesc

A sociedade sempre vai resistir às mudanças expressivas. É inevitável, assim como é normal do ser humano resistir para sair do comodismo. Seria, sim, anormal não reagir quando a mudança interfere em algum benefício, principalmente quando se tem dúvidas ou não detém muitas informações sobre o assunto.

Ao avaliar, por exemplo, as tantas reformas pelas quais o Brasil precisa passar para poder voltar a crescer, nos deparamos com reações das mais polêmicas. Em julho deste ano o Congresso Nacional aprovou e o Poder Executivo Federal sancionou a Reforma Trabalhista, cuja legislação já respirava os seus mais de 70 anos de existência. E esta foi a mudança que provocou manifestações, a favor e contra, de todas as formas e em todos os cantos do País.

Em primeiro lugar, a minha observação é que o erro começa por nós mesmos. Isso porque utilizamos nomenclatura errada para tratar dela. O correto seria falarmos em Modernização das Leis Trabalhistas, uma vez em que a pretensão do Projeto de Lei Complementar (PLC) 38/2017 é de adaptar a legislação à realidade atual.

Sobretudo, é preciso avaliarmos que esta Modernização vem para assegurar melhores condições nas relações de trabalho, tanto para o empregado quanto para o empregador. Em nenhum momento se pensa em retroceder, voltar no tempo e reviver a escravatura. Por sua vez, sempre se quis o equilíbrio, sem vantagens ou desvantagens em excesso para nenhuma das duas partes. Capital e trabalho precisam andar juntos, pois são a mola propulsora da economia e do crescimento.

No entanto, também deve-se levar em conta que o empregador, nós empresários, continuamos sendo vistos como vilões na relação de trabalho. E a realidade já não é,

por sua totalidade, esta. Por exemplo, há incontáveis e milionárias ações trabalhistas requeridas por ex-funcionários que nem sempre estão com a razão, mas acabam por terem decretado o ganho da causa.

Antes de sermos empresários, somos membros da sociedade e evoluímos da mesma forma em que todas as outras pessoas – claro, cada um na sua particularidade. O mercado mudou; a forma de gerir nossas empresas mudou, pois precisamos mudar; e o colaborador também mudou; além da legislação, que precisava desta modernização.

“O mercado mudou; a forma de gerir nossas empresas mudou, pois precisamos mudar; e o colaborador também mudou; além da legislação, que precisava desta modernização.”

O mundo como um todo se transformou ao longo do tempo – e já são mais de 70 anos da Consolidação das Leis Trabalhistas que almejavamos, precisava e foi adequada. Era fundamental que isso ocorresse para que nós, empregadores e empregados, tivéssemos, principalmente, mais segurança jurídica.

Com tudo o que modernizou, a oportunidade para nos adequarmos às mais diferentes formas de trabalho é o que se destaca. Com a entrada da Lei em vigor, em novembro deste ano, as mudanças e chances de melhorias serão sentidas ficando mais fácil procurarmos manter os postos de trabalho. E todos ganharemos com isso, a começar com o encorajamento para contratar mais.

Nesta edição da Revista Fetrancesc, com o apoio da Comissão Jurídica (Comjur) da entidade, compilamos os principais itens da Modernização das Leis Trabalhistas para comparar o antes e o a partir de novembro da CLT. O comparativo completo também está disponível nos nossos canais de comunicação. Tudo isso para que a compreensão seja objetiva e transparente para cada um que apreciar os nossos conteúdos.

Dia do Motorista:

Ações em todo o estado celebram o dia dos heróis das estradas



O Dia do Motorista foi comemorado com ações de saúde, palestras motivacionais, homenagens aos profissionais e confraternização realizadas pelas unidades do SEST SENAT e sindicatos filiados à FetranceSC. Motoristas do transporte de cargas e de passageiros prestigiaram os eventos que ao longo do mês de julho. Parcerias com empresas ajudaram para a promoção das ações.

Diversas atividades para atender diretamente os trabalhadores e empresários dos transportes foram realizadas como o Programa de Prevenção de Acidentes. Destaque também para o Circuito Saúde e o Transportando Saúde nas Cidades, que visitaram empresas de transportes.

Blumenau

O SEST SENAT Blumenau ofereceu atendimentos de saúde gratuitos para trabalhadores do transporte coletivo de passageiros da região.



Chapecó

O SEST SENAT Chapecó desenvolveu o Circuito Saúde, além de participar da procissão da Paróquia São Cristóvão. A Unidade também contou com a parceria da Coopercarga para promover um café da manhã para os profissionais do volante.

Concórdia

O Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas do Oeste e Meio Oeste Catarinense (Setcom), em parceria com o Rotary Club, promoveu um jantar no Clube 29 de Julho.

Criciúma

O SEST SENAT Criciúma realizou entre 21 e 25 de julho atividades junto às empresas de transportes parceiras. As equipes da Unidade levaram orientações de saúde, ações educativas, palestras, além de distribuírem materiais informativos e brindes. Foram parceiras nesta iniciativa as empresas Transportes Manosso, Trans Aurea, Transporte Fontanella e Bageto Transportes.



Itajaí

Em Itajaí, o SEST SENAT preparou, em parceria com a empresa Multilog, um dia de convivência com os profissionais da empresa para comemorar o Dia do Motorista. As atividades aconteceram no pátio da empresa, onde foram realizados atendimentos de saúde (glicemia, aferição de pressão, arterial, avaliação postural, entre outras).



Florianópolis

No SEST SENAT Florianópolis, o Dia do Motorista foi comemorado com ações de saúde, palestra motivacional e confraternização, em um evento que durou o dia inteiro. Os presidentes da Fetrancesc, Ari Rabaioili, e do Sindicargas, Ruy Gobbi, participaram das festividades. No local foram oferecidos exames de glicemia, teste de audição e visão, aferição da pressão arterial e atendimento psicológico, além de orientação nutricional e massoterapia.



Joinville

Graças a uma parceria da Fetrancesc, Setracajo e das Unidades do SEST SENAT Rio Negrinho e Blumenau, o Dia do Motorista foi comemorado com diversos serviços oferecidos em prol da saúde e qualidade de vida do trabalhador, em Joinville. Foram ofertados serviços de atendimento à saúde, como orientação psicológica, odontológica e fisioterapêutica, além de atividades de lazer, com música e recreação.



Lages

Palestras sobre Direitos Humanos nas Estradas, blitz educativa, atendimentos de saúde e recreação para os filhos dos profissionais do transporte. Estas ações foram promovidas pelo SEST SENAT Lages e contaram com a parceria da empresa Klabin, bem como a Bertuol, acadêmicos de fisioterapia da Uniplac, Secretaria Municipal de Saúde de Otacilio Costa e a Unidade Móvel de Saúde de Correia Pinto.





Oeste Catarinense recebe 2ª reunião itinerante da Diretoria da FetranDESC

Chapecó foi a cidade escolhida para receber o encontro que contou com as palestras dos juizes do Trabalho, Carlos Frederico Fiorino e Marlos Melek.

A cidade de Chapecó, no Oeste de Santa Catarina, recebeu a segunda edição da reunião itinerante da Diretoria da FetranDESC. Entre as discussões do encontro, destacaram-se os atos e ações realizadas pela entidade. A sessão foi presidida pelo presidente da Federação, Ari Rabioli, e contou com a presença de presidentes dos sindicatos filiados de todas regiões do Estado. Após a reunião, ocorreram palestras com os juizes do Trabalho, Carlos Frederico Fiorino, da 2ª Vara de Chapecó, e Marlos Melek, do TRT do Paraná, membro da comissão da redação que tratou da reforma trabalhista.

O presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Carga e Logística de Chapecó (Sitran), Deneraci Perin, anfitrião do evento, agradeceu a oportunidade que a diretoria da FetranDESC ofereceu em levar a reunião para Chapecó. Ele também enalteceu a presença dos diretores dos outros sindicatos na participação dessa reunião itinerante.

As palestras

Carlos Frederico Fiorino destacou que o número de ações envolvendo motoristas na Justiça do Trabalho aumentou muito nos últimos 20 anos e, com elas, as dúvidas também cresceram.

“Estamos todos juntos. Ou resolvemos juntos ou não haverá solução (para os conflitos trabalhistas). A missão do magistrado é resolver conflitos e não criarmos”, disse o juiz.

Ele lembrou, ainda, de uma experiência vivida de uma viagem de caminhão, em 1989, entre Chapecó e Taboão da Serra (SP), em que estava de carona com um amigo e usou a viagem para reforçar sua opinião quanto algumas decisões tomadas na sua Vara. “Eu não sou juiz de trabalho que condena transportadora por dano moral porque o motorista dormiu na cabine. Porque ela é muito melhor do que muito local de parada por aí”, afirmou ao lembrar que a viagem durou cerca de 18 horas.



Segundo Fiorino, atualmente a maior fonte de demanda da Justiça Trabalhista se refere à jornada de trabalho de motorista. "Para nós são as audiências mais complicadas", emendou.

Já o juiz Marlos Melek, que pela segunda vez profere palestra para os empresários do Transporte Rodoviário de Cargas, ressaltou que a reforma trabalhista não é um monstro e que não destruirá com os direitos trabalhistas no país. Para o magistrado, a aprovação da reforma significa o fim de um sistema perverso nas relações trabalhistas.

"Antes eu não falava disso, agora eu digo com todas as letras: é uma indústria. Estamos fraturando o sistema com a reforma trabalhista: sistema perverso que não atende à meritocracia", salientou.



Participação dos deputados

Os deputados federal, Valdir Collato, e estadual, Patricio Destro, prestigiaram o encontro do TRC em Chapecó. Collato reforçou seu posicionamento de apoio à reforma trabalhista. Ao mesmo tempo, Destro ratificou o apoio ao TRC quanto à aprovação do Projeto de Lei 53.3/2017, de sua autoria, que propõe a cassação da inscrição estadual para as empresas receptoras de cargas roubadas, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc).



Setransc

Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas e Logística do Sul de Santa Catarina

O Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas e Logística do Sul de Santa Catarina (Setransc) foi fundado em 9 de dezembro de 1985. E foi reconhecido quase dois anos depois, no dia 1º de maio de 1987, com 26 municípios em sua base territorial.

Diretoria Setransc – Gestão 2015/2018

Lorisvaldo Piucco	Presidente
Valdir Fontanella	1º Vice Presidente
Edio Luis da Silva	2º Vice Presidente
Célia Ceolin Giordani	1º Diretor Secretário
Rogério Frigo	2º Diretor Secretário
Eduardo Venson	1º Diretor Financeiro
Nézo Francisco	2º Diretor Financeiro
Mauro Manoel da Silva	Suplente
Sergio Sartor	Suplente
Jander Novak Felisbino	Suplente
Valdir Fabio Soares	Suplente
Danilo Colombo Alamini	Suplente
Douglas Biff	Suplente
Francisco de Assis Mendes	Suplente
Arno Bendo	Conselho Fiscal
Luiz Claudio de Souza Darós	Conselho Fiscal
Jailton Carlos Osellame	Conselho Fiscal
Cristiano Destro Locks	Jurídico



Os principais projetos

A Cidade dos Transportes – Porto Seco é um empreendimento do Setransc e de transportadores proprietários de terrenos em uma região afastada do centro de Criciúma. O local é estratégico para a passagem de caminhões. Por isso, com base em estudos, desenvolvimento de projetos e negociações ao longo dos últimos anos, uma comissão de empresários do setor e da municipalidade identificou a necessidade de transferir para o local o tráfego de veículos pesados.

Isso só será possível com a transferência das empresas de transportes para a **Cidade dos Transportes**, além da construção do anel de contorno viário, cuja conclusão está em andamento. Esta mudança melhorará a fluidez do trânsito e preservará a malha viária local.

Tudo isso para o desenvolvimento do Transporte Rodoviário de Cargas

- Aproximadamente 40 empresas do TRC já aderiram ao projeto
- Outras 8 empresas de serviços também são parceiras
- A sede do SEST SENAT Criciúma está no local, cujo terreno de 33.000 m² foi doado pelo Setransc e tem 6 mil m² de área construída.

Pavimentação de Rodovia Estadual

O presidente do Setransc, Lorisvaldo Piucco, participou de uma Audiência Pública em Forquilha/SC para tratar da pavimentação da Rodovia Jacob Westrup (SC 446). O evento foi no dia 29 de junho, ocasião em que o líder do setor na região representou, também, o presidente da Fetranesc, Ari Rabalólli.



Também participaram das discussões o deputado Estadual, Rodrigo Minoto, que propôs a audiência, o secretário Estadual de Infraestrutura, Luiz Fernando Cardoso, e o prefeito de Nova Veneza, Rogério Frigo, que também é diretor do Setransc.

Onde estamos:

Rua: Ernesto Bianchini Góes, nº 91, Edifício da Associação Empresarial de Criciúma (Aci), bairro Próspera, Criciúma/SC.

Nossos contatos:

Telefone: (48) 3437-4535

E-mail: contato@setransc.com.br

Site: www.setransc.com.br



Manutenção e conservação norteiam planos de concessões das rodovias catarinenses

Duzentos e vinte e dois bilhões de reais. Este é o valor avaliado da malha rodoviária catarinense (estaduais). O número foi apresentado pela Secretaria de Estado de Planejamento, ao falar sobre Plano de Concessão das Rodovias de Santa Catarina, durante reunião da Câmara de Transporte e Logística do dia 19 de julho, na Fiesc. De acordo com o secretário, Murilo Flores, o projeto enfoca a conservação e manutenção das rodovias, o que "é muito mais difícil do que construir algo novo".

O plano de concessões das rodovias catarinenses contempla as BRs 280, 282, 470, 101 e 153, além de diversas SC's. Flores pontuou, inclusive, que o projeto será dividido em quatro etapas, sendo a primeira já realizada: estudo para sustentabilidade na conservação rodoviária; eleição sistemática mais adequada para conservação rodoviária; definição das fontes de financiamento (Interna e/ou externa); elaboração e lançamento dos editais para conservação rodoviária (apenas conservação).

Pedágio por quilômetro rodado – O pagamento do pedágio por quilômetro que o usuário tenha trafegado "é a forma mais justa de fazer esta cobrança", salientou o presidente da Fetransesc, Ari Rabioli. Ele já faz esta defesa há algum tempo, para não elevar a tarifa repassada ao motorista. Além disso, "ao fracionar este valor é possível equilibrar o preço do frete", sob o ponto de vista do Transporte Rodoviário de Cargas. Na ocasião, também foram apresentadas as opções de cobranças para cada uma das hipóteses de projetos de concessões.



Diálogo entre Estado e União – O trabalho em parceria para planejar as concessões das rodovias estaduais e federais catarinenses contribui para o engrandecimento do resultado final, na avaliação do secretário de Estado de Planejamento, Murilo Flores. "Esta parceria nos levou a contribuir com o Governo Federal na priorização das nossas rodovias. Ao conhecer na prática as estradas, temos a possibilidade de propor as melhores opções de traçados, por exemplo", acrescentou.

Os estudos das futuras concessões das rodovias catarinenses estão sendo realizados pelas Secretarias de Estado do Planejamento e de Infraestrutura, além da SC Par e do Deinfra. As diretrizes que norteiam as pesquisas são: viabilidade financeira para manutenção e conservação; concepções em polos rodoviários para facilitar o gerenciamento; modicidade das tarifas; tecnologia para redução de custos; e análise dos cenários.

Assembleia: Aprocat reúne associados em Tubarão

A Associação dos Proprietários de Caminhões de Tubarão (Aprocat) realizou no dia 7 de julho uma Assembleia Geral Ordinária e outra Extraordinária. O evento, que ocorreu em Tubarão, contou com a participação do presidente da Fetransesc, Transpocred e Conselho Regional do SEST SENAT, Ari Rabioli, além do presidente do Sindicato das Empresas de Logística e Transporte de Cargas da Região da Amurel (Setram), Riberto Lima.



Roubo de cargas cresce 274% em SC:

Números de ocorrências e ação da Fetrancesc para coibir ação criminosa são apresentados em coletiva de imprensa

Mais do que um caminhão a cada dois dias é alvo de roubo de cargas em Santa Catarina. Pelo menos este é o dado apontado pela Secretaria do Estado de Segurança Pública, que releveu a quantia de 258 casos em 2016, ano com maior incidência deste crime. E somente nos seis primeiros meses de 2017 os números já são equivalentes aos do mesmo período do ano passado, atingindo 129 casos até o dia 3 de julho.

Desde que começou a ser registrado em Santa Catarina, o roubo de cargas subiu de 69, em 2008, para 258, em 2016, resultando em um aumento expressivo de 274%. O índice é maior do que o registrado em todo o Brasil, que de 1998 a 2015 foi de 76%, segundo a NTC&Logística.

Esta é uma das grandes preocupações da Fetrancesc e entranse para o setor, avaliou o presidente, Ari Rabioli. Todas as iniciativas do setor para coibir a ação criminosa, além dos números à nível de Estado e de País, foram apresentadas no dia 17 de julho para repórteres e colunistas dos principais veículos de comunicação de SC.

"A mercadoria roubada vai para a prateleira (produto acabado) e para a indústria (matéria-prima) sem nota. Com isso há uma renúncia fiscal duplicada para o Estado", explicou Rabioli ao falar sobre a importância do Projeto de Lei 53.3/2017, que prevê a cassação da inscrição estadual de empresas receptoras de carga roubada.



O presidente da Fetrancesc salientou, ainda, que o aumento deste crime em Santa Catarina está relacionado à crise econômica. E acrescentou que as ocorrências, em maioria, são com cargas de lotação (completas, apenas uma nota fiscal) e não fracionadas (com várias notas fiscais).

Para o presidente do Sindcargas e membro do conselho Fiscal da Fetrancesc, Ruy Gobbi, o estabelecimento da Divisão Especializada em Investigar o Roubo de Cargas será uma forma de usar a inteligência do Estado para "coibir este mal que afeta os nossos trabalhadores e toda a sociedade catarinense".

"Algumas ações já estão sendo feitas neste sentido. Mesmo não havendo a Divisão, as Dic's já investigam este crime, porém sem foco específico para estas ocorrências. Havendo a centralização destas ocorrências para trabalhar com mais inteligência, com certeza teremos mais facilidade nas investigações", frisou Gobbi ao lembrar que até dezembro de 2017 deve ocorrer a implantação da Divisão.

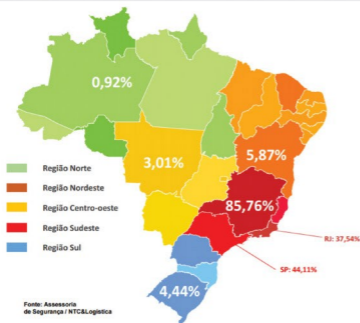


No Brasil – O roubo de cargas na região sul é 4,44% do total registrado no Brasil, que em 2015 somou 19,25 mil ocorrências, com aumento de 76% desde 1998, quando houve 10,9 mil casos. Os valores, desde então, somam R\$ 13.455 bilhões em 18 anos, considerando todos os números do País.



Panorama do Roubo de Cargas

ROUBO DE CARGAS - 2015 - Percentual por região



Produtos mais visados em Santa Catarina:

- Cobre - Bebidas - Carnes (especialmente carnes nobres) - Linha branca
- Polítileno

Iniciativas da Fetrancesc contra o Roubo de Cargas em SC:

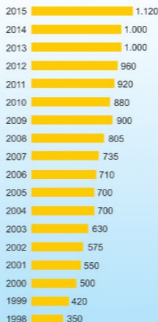
- Criação de uma Divisão Especializada em Investigar o Roubo de Cargas;
- Projeto de Lei 53.3/2017, de autoria do deputado Estadual Patrício Destro, para cassar a inscrição estadual de empresas receptoras de carga roubada;
- PL foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça em junho e seguiu para a Comissão de Finanças e Tributação. Depois seguirá para a Comissão de Segurança Pública;

Roubo de Cargas no Brasil 1998 a 2015



Aumento de 76% entre 1998 e 2015

Valores Subtraídos (em milhões) 1998 a 2015



Aumento de 220% entre 1998 e 2017

Roubo de Cargas em SC 2008 a 2017



Aumento de 274% entre 2008 e 2017

Sócios Mantenedores da Fetrancesc

Uma entidade forte e consolidada só atinge grandes conquistas quando possui filiados e associados unidos em prol de suas batalhas. Por isso, o programa de Sócios Mantenedores da Fetrancesc contribui para o fortalecimento do setor de transportes e das suas causas.

<p>Diamante</p>  <p>Matriz: Florianópolis/SC Telefone: (48) 3248-4333 E-mail: transpocred@transpocred.com.br Site: www.transpocred.coop.br</p>	<p>Diamante</p>  <p>Unnity Corretora de Seguros Joinville/SC Telefone: (47) 3422-1159 E-mail: cristiano.oliveira@unnity.com.br</p>	<p>Platina</p>  <p>Coopercarga - Concórdia/SC Telefone: (49) 3301-7000</p> <p>Platina</p>  <p>Água Corretora de Seguros Concórdia/SC Telefone: (49) 3441-0800</p>
<p>Ouro</p> <p>Transligue Jaraguá do Sul/SC Telefone: (47) 3084 - 4001</p>	<p>Ouro</p> <p>Associação dos Proprietários de Caminhões de Tubarão (Aprocat) - Tubarão/SC Telefone: (48) 3632-5840</p>	<p>Ouro</p> <p>Tombini e Cia Ltda - Palmitos/SC Telefone: (49) 3647-9500</p>
<p>Ouro</p> <p>Madalozzo Corretora de Seguros e Previdência Blumenau/SC Telefone: (47) 3041-2222</p>	<p>Ouro</p> <p>Transmagnabosco Catanduvas/SC Telefone: (49) 3525-1194</p>	<p>Ouro</p> <p>Librelato Içara-SC Telefone: (48) 3467-2200</p>
<p>Prata</p> <p>Setracajo - Joinville/SC Telefones: (47) 3028-3158/3028-3159</p> <p>Furgões Joinville - Garuva/SC Telefones: (47) 3464-1133/99633-4800/0800-641-1133</p> <p>Palmeira Implementos Rodoviários - Joinville/SC Telefone: (47) 3464-1092</p>	<p>Wilson Steingraber Transportes - Joinville/SC Telefone: (47) 3435-3891</p> <p>Andarra Transportes - Catanduvas/SC Telefone: (49) 3525-1226</p> <p>Transportes Palhano - Itajaí/SC Telefone: (47) 3348-9311</p>	<p>CDC Cargas - Itajaí/SC Telefone: (47) 3348-6733</p> <p>Sindivale - Três Barras/SC Telefone: (47) 3623-1069</p> <p>Transportadora El Kouba - Três Barras/SC Telefone: (47) 3623-0145</p>
<p>Bronze</p> <p>G7 Log Transportes Ltda - Tubarão/SC Telefone: (48) 3301-0400</p> <p>Transportes Valtrin - Catanduvas/SC Telefone: (49) 3525-1444</p> <p>Sintravir - Videira/SC Telefone: (49) 3566-0080</p> <p>Transgires - Curitiba/PR Telefone: (41) 3227-1005</p> <p>Marcos Venezi - Florianópolis/SC Telefone: (48) 3248-4333</p>	<p>R&C Carga e Logística - Tijucas/SC Telefone: (48) 3263-0556</p> <p>Mendes e Koch - Capivari de Baixo/SC Telefone: (48) 3623-0029</p> <p>OCA Logística Rodoviária - Joinville/SC Telefone: (47) 3439-0200</p> <p>Translara Transporte de Carga - Cocal do Sul/SC Telefone: (48)3443-7302</p> <p>Perin Transportes - Chapecó/SC Telefone: (49) 3322-2387</p>	<p>Glamar Transportes - Rio Negrinho/SC Telefone: (47) 3644-2214/3644-9500</p> <p>Sintravir - Videira/SC Telefone: (49) 3566-0080</p> <p>Setccar - Catanduvas/SC Telefone: (49) 3525-1512</p> <p>Geratran - Blumenau/SC Telefone: (47) 3338-4875</p> <p>Lodi e Nunes Pneus e Recapagens - Itajaí/SC Telefone: (47) 3246-6000</p>

Ser um Sócio Mantenedor da Fetrancesc é, acima de tudo, acreditar no potencial de crescimento do setor produtivo, que colabora para a economia de Santa Catarina e do Brasil. Conheça o programa no site da entidade: www.fetrancesc.com.br

<p>Platina</p>  <p>Operações de Transporte</p> <p>Transjoi Transportes Joinville/SC Telefone: (47) 4009-5600</p>	<p>Platina</p>  <p>Áthina Administradora e Corretora de Seguros Blumenau/SC Telefone: (47) 3232-7411</p>	<p>Platina</p>  <p>Software e soluções em logística</p> <p>OpenTech - Joinville/SC Telefones: (47) 2101-6122 / 3481-6122</p>
<p>Platina</p>  <p>Autotraco Comércio Telecomunicações S/A Matriz: Brasília/DF Telefone: (61) 3307-7000</p>	<p>Platina</p>  <p>Associação dos Proprietários de Veículos de Santa Catarina (Aprovesc) - Blumenau/SC Telefone: (47) 3057-8282</p>	<p>Platina</p>  <p>Dicave Gartner Distribuidora Catarinense de Veículos Itajaí/SC Telefone: (47) 3249-5063</p>
<p>Ouro</p> <p>Cootravale Itajaí/SC Telefone: (47) 3404-7000</p>	<p>Ouro</p> <p>Transville Transportes e Serviços Joinville/SC Telefone: (47) 3461-8888</p>	<p>Ouro</p> <p>Aceville Joinville/SC Telefone: (47) 3130-7350</p>
<p>Ouro</p> <p>Tombini e Cia Ltda Palmitos/SC Telefone: (47) 3647-9500</p>	<p>Ouro</p> <p>Certificadora Brasileira de Gestão Ltda. ME (CBG) Joinville/SC Telefone: (47) 3433-4778</p>	<p>Para mais informações sobre as empresas acesse:</p> <p>www.fetrancesc.com.br</p>
<p>Prata</p> <p>BBV Advogados Associados - Concórdia/SC Telefone: (49) 3444-34448</p> <p>Schmidt Advogados Associados - Joinville/SC Telefone: (47) 3432-8577</p>	<p>Roberta de Souza Caldas - Florianópolis/SC Telefone: (48) 3248-4333</p> <p>Transportes VZ - Chapecó/SC Telefone: (49) 3328-7596</p> <p>TMC Transporte Multimodal de Cargas - Joinville/SC Telefone: (47) 3417-1100</p>	<p>Advocacia Vieceli - Videira/SC Telefones: (49) 3566-7828/3566-6775</p> <p>Cooperativa dos Transportadores de Cargas do Meio Oeste Catarinense (Cotramol) - Joaçaba/SC Telefones: (49) 3522-3811/3522-3138</p> <p>Estratégias e Ações - Joinville/SC Telefone: (47) 3801-1860</p>
<p>Bronze</p> <p>Transverde Transporte e Logística - Siderópolis/SC Telefone: (48) 3468-9717</p> <p>Venson Transportes - Criciúma/SC Telefone: (48) 3478-0613</p> <p>MTR Transportes - Blumenau/SC Telefone: (47) 3321 - 2100</p> <p>Rodopio Transportes - Tijucas/SC Telefone: (48) 3263-0849</p>	<p>TCA Transportes Comércio Administração - Tijucas/SC Telefone: (48) 3263-0391</p> <p>Custotran - Consultoria em Custo e Preço - Jaraguá do Sul/SC Telefone: (47) 3451-5614</p> <p>Master Conta Assessoria - Concórdia/SC Telefone: (49) 3444-3480</p> <p>Contrans Transportes e Logística - Itajaí/SC Telefone: (47) 3346-1300</p>	<p>Hanauer e Silva Advocacia Empresarial - Chapecó/SC Telefone: (49) 3312-0970</p> <p>Transportes e Logística Parada dos Amigos Ltda - Itajaí/SC Telefone: (47) 3241-4001</p> <p>Transpare Transportes Armazéns Gerais Ltda - Ilhota/SC Telefone: (47) 3343-7864</p> <p>Postos Carretão e Transportes de Carga Ltda - Vargem Bonita/SC Telefone: (49) 3548-0036</p> <p>FM Pneus - Videira/SC Telefone: (49) 3566-2233</p>

ANTT publica cronograma de instalação da identificação eletrônica em veículos de carga

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) publicou, no Diário Oficial da União do dia 31 de julho, o cronograma de operacionalização da identificação eletrônica dos veículos automotores de cargas cadastrados no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC). O prazo iniciou no dia 1º de agosto e seguirá até dezembro de 2018.

A programação de instalação tem início com um grupo voluntário, ou seja, aqueles transportadores de qualquer estado que têm interesse em instalar, prontamente, a tag eletrônica em seus veículos. O período para esse grupo vai de 1º/agosto a 1º/setembro/2017. A partir do dia 2º/setembro os grupos são separados por ente federado. O grupo 1, inclui os veículos com placa do Distrito Federal e de Goiás; os veículos de Minas Gerais formam o grupo 2; o terceiro grupo é composto pelos veículos do Estado de São Paulo; Rio de Janeiro e Espírito Santos compõem o grupo 4; o grupo 5 é formado por Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; Paraná e Santa Catarina são o grupo 6; Rio Grande do Sul forma o grupo 7; e os demais estados fazem parte do grupo 8.

Confira, na tabela abaixo, o período de instalação cada um dos grupos:

GRUPO	INÍCIO	FINAL
Voluntário	01/8/2017	01/9/2017
Grupo 1	02/9/2017	31/10/2017
Grupo 2	01/11/2017	02/01/2018
Grupo 3	08/01/2018	08/04/2018
Grupo 4	05/03/2018	07/05/2018
Grupo 5	08/05/2018	09/07/2018
Grupo 6	10/07/2018	08/10/2018
Grupo 7	10/09/2018	09/11/2018
Grupo 8	22/10/2018	21/12/2018

Monitoramento Eletrônico – A identificação eletrônica dos veículos de carga está em consonância com a fiscalização remota dos Postos de Pesagem Veicular (PPV) nas rodovias federais concedidas à iniciativa privada. A ANTT publicou a Resolução nº 5.379/2017, que regulamenta esse processo, com o objetivo de garantir a operação dos postos 24 horas por dia. As concessionárias de rodovias têm 90 dias para apresentar projeto de adequação dos PPVs. Os transportadores poderão antecipar o processo de identificação eletrônica dos veículos automotores de cargas independente do grupo de seus veículos. As empresas conside-



radas aptas aos serviços de fornecimento, instalação e vinculação do dispositivo de identificação eletrônica nos veículos podem ser consultadas aqui.

A operação remota se dará a partir de Centro de Controle Operacional (CCO) por meio de Sistemas Automatizados Integrados (SAI), tais como videomonitoramento, câmeras de reconhecimento e identificação automática de placas de veículo, leitura de tags de identificação, painéis de mensagem variável na via indicando a entrada obrigatória na área destinada à pesagem e painéis de informação eletrônicos no pátio de medidas administrativas informando ao condutor qual foi o excesso de peso e qual é a medida necessária para sanar a inconformidade.



Controle de Peso – O controle do excesso de peso e de dimensões é fundamental para a segurança viária. Veículos que trafegam com carga acima do limite podem comprometer a sua estabilidade e a capacidade de tração e frenagem. Além disso, a dimensão excedida pode causar graves acidentes, atingindo outros veículos da via e até provocar a queda de passarelas e pontes devido ao excesso de altura. Mas o problema do peso vai além disso: ele é a principal causa do desgaste prematuro de vias, provocando danos ao pavimento que, além de serem causa de acidentes, provocam um crescimento do número de manutenções corretivas, o que impacta, diretamente, nas tarifas de pedágio.

Canal Verde Brasil – A operação remota dos postos de pesagem é mais uma etapa do programa Canal Verde Brasil, Rede Logística Inteligente. A atividade, sob responsabilidade da ANTT, faz parte da política voltada para a desburocratização e redução do custo logístico, com objetivo principal de aumentar a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional.

A lógica do Canal Verde Brasil é a percepção eletrônica e permanente de fluxos de transporte nos principais corredores logísticos do Brasil e a integração entre bancos de dados da ANTT e de parceiros estratégicos para agregação de valor ao dado captado, para fins regulatórios, tributários, de segurança, e, sobretudo, de produção de dados, informações e conhecimento acerca dos fluxos logísticos.

De acordo com o gerente de Fiscalização da ANTT, João Paulo de Souza, “o principal diferencial do Canal Verde Brasil é o controle eletrônico e unificado do poder público sobre a circulação de mercadorias e de viagens de passageiros no Brasil. Esse controle reduz o custo decorrente da parada do transporte para a fiscalização e amplia a frequência de viagens, aumentando a rentabilidade dos investidores. A longo prazo, o Canal Verde Brasil será fundamental para consolidar no país o Operador Econômico Autorizado (OEA), que visa controlar os fluxos de exportação e importação por meio da vantagem de tornar mais célere as operações dos atores que adotam política de *compliance*, ou seja, que atuam de acordo com a lei e têm vantagem competitiva com essa postura. O Canal Verde Brasil vai tornar o país mais competitivo”.

Pontos de Leitura – Nas primeiras etapas do Canal Verde Brasil, o foco é o transporte rodoviário de cargas e rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros. Inicialmente foram instalados 7 pontos de leitura nas rodovias que compõem o corredor da soja e milho entre o Mato Grosso e Santos. A leitura feita por esses pontos identifica o tempo, o local e o objeto. Com o auxílio da tecnologia de OCR (Optical Character Recognition), é coletada a identificação do veículo por meio dos caracteres da placa. Laços indutores magnéticos instalados na via marcam a hora e o local da leitura. E todos esses dados são transferidos por equipamentos de rádio frequência (Radio-Frequency Identification - RFID).

Esses pontos foram fundamentais para a otimização do controle de agendamento para transbordo multimodal no Porto de Santos, gerando aumento de mais 90% do cumprimento do agendamento e, por consequência, potencializando a capacidade instalada nesse porto para o embarque marítimo, principalmente em relação à soja, farelo de soja e milho.

Posteriormente foram instalados outros 18 pontos, abrangendo corredores relativos ao Porto de Parana-

guá, Rio de Janeiro, Rio Grande e também os principais corredores de circulação do mercado interno, incluindo rodovias ainda não concedidas à iniciativa privada, mas que possuem um volume de tráfego médio diário relevante e com impacto nas movimentações de cargas e de passageiros. Até dezembro de 2017, a previsão é que o Canal Verde Brasil conte com 55 pontos de leitura.

Custo Logístico – Com as informações obtidas pelos pontos de leitura, a ANTT pode utilizar os bancos de dados disponíveis para buscar subsídios relevantes. Por exemplo, o Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC) fornece os dados do veículo e do transportador. Com o Operador Nacional dos Estados (ONE), é possível obter as informações relativas ao Manifesto de Documentos Fiscais Eletrônicos (MDF-e) e ao Bilhete de Passagem Rodoviário Eletrônico (BP-e), fundamentais para a fiscalização do cumprimento da legislação do transporte rodoviário de cargas e de passageiros para gerar informações e conhecimentos desse mercado de transporte.

Essa parceria com vários órgãos do governo é um exemplo de agregação de valor à percepção do fluxo logístico produzida pelo Canal Verde Brasil e de redução do custo logístico, uma vez que, a médio e longo prazo, tendem a tornar os procedimentos mais céleres e possibilitam que, em um único momento, que dura fração de segundo, seja possível que diversas agências de governo fiscalizem o transporte sem a necessidade de parar o veículo.

Com a operação dos postos de pesagem por agente remoto, ou seja, a substituição do agente da autoridade no local por Sistemas Automatizados e Integrados (SAI), esse posto ganha inteligência eletrônica e se transforma num ponto de leitura do Canal Verde Brasil, já que em único momento é fiscalizado o peso e as dimensões; é apurada eventual evasão da área de pesagem; e são realizadas outras fiscalizações relativas à legislação de transporte e à tributária. Além disso, esses pontos têm potencial de fiscalizar outros aspectos de trânsito, como licenciamento veicular e matérias de interesse de outras agências de governo, dependendo apenas de integração de base de dados.

Próximas Etapas – De janeiro de 2016 a junho de 2017, o Canal Verde Brasil gerou a leitura de passagem e **fiscalizou eletronicamente 16.870.906 veículos de cargas e de passageiros**. Nas próximas etapas, está prevista a integração das praças de pedágio ao programa.



Fonte: Assessoria de Comunicação (Ascom) da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)

Reforma Trabalhista

O que muda na relação empregatícia



A insegurança jurídica era uma das condições que mais inibia as contratações de colaboradores pelo setor produtivo. Com a aprovação da Reforma Trabalhista em julho deste ano, as empresas pretendem aumentar o seu quadro de funcionários graças à flexibilização das regras na relação empregador-empregado.

O contrato de trabalho, no entanto, é apenas uma das mudanças que a nova legislação trabalhista propõe. Será na prática, a partir de novembro de 2017, quando entrará efetivamente em vigor, que estas regras ficarão

esclarecidas tanto para quem contrata quanto para aquele que é contratado.

A reforma, no entanto, é um alento para o setor produtivo, que acumula insegurança jurídica na relação de trabalho, avaliou o presidente da FetranDESC, Ari Rabaiolli. "O Transporte Rodoviário de Cargas enfrenta diversos questionamentos na Justiça do Trabalho justamente em virtude desta insegurança. E muitas vezes deixamos de contratar por conta disso. Agora vemos uma luz no fim do túnel para a solução desta problemática", salientou.

Você sabe o que vai mudar com a Reforma Trabalhista?

Para esclarecer as principais mudanças, a Comissão Jurídica (Comjur) da FetranDESC elaborou um comparativo das antigas e novas regras. **Fique por dentro!**

Férias

Antes: 30 dias, podendo ser fracionadas em até dois períodos, sendo um deles não inferior a 10 dias. Possibilidade de 1/3 ser pago na forma de abono.

Com a reforma: 30 dias, podendo ser fracionada em até três períodos, mediante negociação, contando que um deles seja de, pelo menos, 14 dias e os demais não inferiores a 5.

Jornada

Antes: Limitada a 8 horas/dia, 44 horas/semana e 220 horas/mês, podendo haver até 2 horas extras por dia.

Com a reforma: Jornada poderá ser de 12 horas, com 36 de descanso, respeitando o limite de 44 horas semanais (ou 48, com as horas extras) e 220 horas/mês.

Descanso

Antes: Jornada padrão de 8 horas diárias, com direito a no mínimo uma e máximo duas horas de intervalo para repouso ou alimentação.

Com a reforma: O intervalo dentro da jornada poderá ser negociado, desde que seja, no mínimo, 30 minutos. Se o empregador não o conceder ou o fizer parcialmen-

te, a indenização será de 50% do valor da hora normal de trabalho apenas sobre o tempo não concedido, em vez de todo o tempo de intervalo devido.

Remuneração

Antes: Não poderia ser inferior à diária correspondente ao piso da categoria ou salário mínimo. Comissões, gratificações, porcentagens, gorjetas e prêmios integravam os salários.

Com a reforma: O pagamento do piso ou salário mínimo não será obrigatório na remuneração por produção. Além disso, trabalhadores e empresas poderão negociar todas as formas de remuneração, que não precisam fazer parte do salário.

Transporte

Antes: O tempo de deslocamento no transporte oferecido pela empresa para ir e vir do trabalho, cuja localidade é de difícil acesso ou não servida de transporte público, era contabilizado como jornada de trabalho.

Com a reforma: O tempo despendido até o local de trabalho e retorno, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho.

Trabalho intermitente (por período)

Antes: A legislação não contemplava esta modalidade de trabalho.

Com a reforma: O trabalhador poderá ser pago por período trabalhado, recebendo pelas horas ou diárias. Ele terá direito a férias, FGTS, previdência e 13º salário proporcionais. No contrato deverá estar estabelecido o valor da hora de trabalho, que não pode ser inferior ao valor do salário mínimo por hora ou à remuneração dos demais empregados que exerçam a mesma função. O empregado deverá ser convocado com, no mínimo, três dias corridos de antecedência. No período de inatividade, pode prestar serviços a outros contratantes.

Negociações/Convenções/Acordos Coletivos

Antes: Convenções e acordos coletivos poderiam estabelecer condições de trabalho diferentes das previstas na legislação apenas se conferissem ao trabalhador um patamar superior ao que estiver previsto na lei.

Com a reforma: Convenções e acordos coletivos prevalecerão sobre a legislação. Assim, os sindicatos e as empresas podem negociar condições de trabalhos diferentes das previstas em lei, mas não necessariamente em um patamar melhor para os trabalhadores. Em negociações sobre redução de salários ou de jornada, deverá haver cláusula prevendo a proteção dos empregados contra demissão no prazo de vigência do acordo, que não precisará prever contrapartidas para um item negociado.

Acordos individualizados de livre negociação para empregados com instrução de nível superior e salário mensal igual ou superior a duas vezes o limite máximo dos benefícios do INSS (R\$ 5.531,31) prevalecerão sobre o coletivo.

Demissão

Antes: Quando o trabalhador pedia demissão ou era demitido por justa causa não tinha direito à multa de 40% sobre o saldo do FGTS nem retirada do fundo. Em relação ao aviso prévio, a empresa poderia avisar o trabalhador sobre a demissão com 30 dias de antecedência ou pagar o salário referente ao mês em que o funcionário precisasse trabalhar.

Com a reforma: O contrato de trabalho poderá ser extinto em comum acordo, com o pagamento da metade do aviso prévio e a metade da multa de 40% sobre o saldo do FGTS (ou seja, 20%). O empregado poderá, ainda, movimentar até 80% do valor depositado pela empresa na conta do FGTS, mas não terá direito ao seguro-desemprego. Para os casos de demissão sem justa causa, os direitos permanecem inalterados.

Terceirização

Antes: O presidente Michel Temer sancionou o Projeto de Lei que permite a terceirização para atividades-fim.

Com a reforma: Haverá uma quarentena de 18 meses que impede que a empresa demita o trabalhador efetivo para contratá-lo como terceirizado. O texto prevê, ainda, que ele deverá ter as mesmas condições de trabalho dos efetivos, como atendimento em ambulatório, alimentação, segurança, transporte, capacitação e qualidade de equipamentos.

Ações na Justiça

Antes: O trabalhador poderia faltar a até três audiências judiciais. Os honorários referentes a perícias eram pagos pela União. Além disso, quem entrava com uma ação não teria nenhum custo.

Com a reforma: O trabalhador será obrigado a comparecer às audiências na Justiça do Trabalho e, caso perca a ação, arcar com as custas do processo. Para os chamados honorários de sucumbência, devidos aos advogados da parte vencedora, quem perder a causa terá de pagar entre 5% e 15% do valor da sentença.


O trabalhador que tiver acesso à Justiça gratuita também estará sujeito ao pagamento de honorários de pericia se tiver obtido créditos em outros processos capazes de suportar a despesa. Caso contrário, a União arcará com os custos. Da mesma forma, terá de pagar os honorários da parte vencedora em caso de perda da ação. Além disso, o advogado terá que definir exatamente o que ele está pedindo, ou seja, o valor da causa na ação.


Haverá, ainda, punição para quem agir com má-fé com multa de 1% a 10% da causa, bem como indenizações para a parte contrária. É considerada de má-fé a pessoa que alterar a verdade dos fatos, usar o processo para objetivo ilegal, gerar resistência injustificada ao andamento do processo, entre outros.

Caso o empregado assine a rescisão contratual, fica impedido de questioná-lo posteriormente na Justiça do Trabalho. Também ficará limitado a 8 anos o prazo para andamento das ações. Se até lá ele não tiver sido julgada ou concluída, o processo será extinto.

Veja mais no site e mídias sociais da Fetrancesc.

 www.fetrancesc.com.br

 www.facebook.com/fetrancesc

 www.twitter.com/fetrancesc



APROVESC: O verdadeiro associativismo de proteção

Fundada em 1º de novembro de 2006, a Associação dos Proprietários de Veículos de Santa Catarina (AproveSC) é uma entidade sem fins lucrativos que organiza, representa e defende os interesses de proprietários de veículos de transportes.

A AproveSC é baseada nos princípios associativistas e na observância das normas internas e leis aplicáveis, garantindo que **“somente se fará a um associado o que puder ser contado aos demais”**. Diante disso, a entidade atua na união de pessoas e não de capital. E aplica a proteção pelo princípio fundamental do mutualismo, que se baseia na repartição das despesas realizadas para superação das adversidades que envolvam os veículos de seus associados.

O sistema de rateio praticado pela AproveSC é o modelo genuíno e adequado, pois realiza a divisão dos prejuízos efetivamente pagos, sem cobrança prévia de valores para o cumprimento das proteções devidas. Na AproveSC é feito o rateio do preço de custo do que for necessário para atender o associado que necessitar. Suas receitas e despesas são integralmente contabilizadas, comprovando a origem do dinheiro, das peças e dos serviços realizados.

As parcerias estratégicas propiciam a sua sustentabilidade e agregam diferenciais ao grupo. Diversos convênios nas mais diferentes áreas estão em vigor, entre eles com as principais concessionárias de veículos pesados da região e oficinas conceituadas, para manutenção, reparação ou reposição do bem, além de variados prestadores de serviços.

Dez anos contribuindo com seus associados

Em mais de uma década de credibilidade conferida por seus associados, a AproveSC se tornou uma entidade representativa e exemplar. Construiu sua história pautando suas ações com seriedade, transparência, igualdade e tratamento justo para todos.

Graças à participação de seus associados e ao empenho dos Diretores, Conselheiros e Colaboradores, conquistou respeito fazendo dela uma entidade admirada e recomendada.



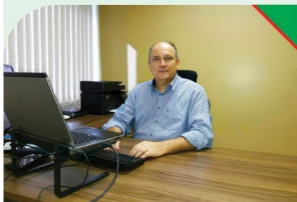
"Acolhemos no quadro da Associação muitos quando são desprezados pelo mercado segurador. Aqui todos são assistidos em momentos difíceis com auxílios para atender seus motoristas e minimizados os prejuízos materiais com a proteção de seus veículos. Com esse apoio fundamental do sistema de rateio eles retomam seus trabalhos, amparados pela união desse grupo de pessoas que formam o verdadeiro associativismo de proteção, a AproveSC", ressaltou o presidente da entidade, José Alfredo Pereira.



Parcerias para melhor atender os associados

A AproveSC conta com excelentes parcerias junto a empresas especializadas, com o objetivo de proceder ao monitoramento dos veículos cadastrados pelos associados, em operação 24 x 7 (24 horas, 7 dias por semana), para recuperação em caso do roubo/furto – pronta resposta –, controle de velocidade e tempo de direção, pane mecânica/elétrica e acidente.

Desta forma, "utiliza um sistema moderno de rastreamento, que proporciona o gerenciamento em situação de perigo para preservação da vida das pessoas e redução de despesas, seja pelo alerta na forma de condução do veículo ou entrada em áreas de riscos mapeadas. A prevenção é a melhor proteção", explicou o diretor administrativo, Nei Rubens Gervin.



Também por meio de parcerias com empresas especializadas, conta com um serviço diferenciado de Assistência 24 horas para os casos de emergência com o veículo, que abrange reboque, chaveiro e também a substituição do para-brisa em caso de quebra acidental. Os motoristas previamente cadastrados são amparados por auxílios, que vão

desde o apoio quando há uma situação crítica na estrada até o reembolso de despesas com médico, hospital e medicamentos. Além de planos de seguro de vida, acidentes, invalidez e odontológico.

A estrutura administrativa é formada por uma equipe experiente contando com modernos softwares de gestão e instalações adequadas, para operacionalização de todas as atividades necessárias à entidade e seu quadro de associados. Para os associados são destinados acessos individuais, onde podem interagir em seus cadastros e acompanhar os atendimentos realizados pela AproveSC.

A AproveSC é regida por Estatuto Social, Regimento Interno e Resoluções que garantem sua funcionalidade, aliada à firme aplicação da igualdade de tratamento no quadro associativo. Todos os interessados em associar-se participam da palestra de esclarecimentos dos objetivos, direitos e obrigações, denominada "Programa de Integração AproveSC – PIA".

APROVESC[®]
SOCIAL

A AproveSC contribui para a sociedade com as doações de seus associados, realiza ações sociais destinando equipamentos e materiais para atender pessoas necessitadas.

Onde estamos

Sediada na cidade de Gaspar/SC, a AproveSC também tem escritório de atendimento e serviços:

Em Blumenau/SC – Escritório de atendimento
Rua Rodolfo Freygang, nº 15, sala 102, Centro

Em Itajaí/SC – Base de atendimento de serviços
Rodovia BR-101, nº 4.445, Km 116,5, bairro Salseiros,
Marginal Leste

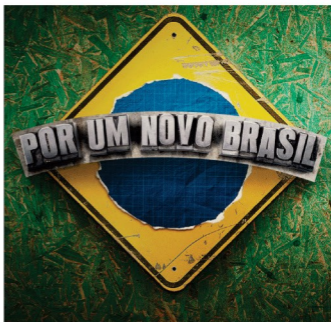
Setor produtivo: Cofem/SC apela por reformas estruturantes do País

O Conselho das Federações Empresariais de Santa Catarina (Cofem/SC) lançou no dia 29 de junho o manifesto "Por um Novo Brasil", em que defende a união de todos os brasileiros para debelar a corrupção e reconstruir um País que valorize quem trabalha, empreende, cria empregos e vive honestamente. O texto afirma que o Congresso pode mudar a realidade nacional ao aprovar as reformas e reconhece os parlamentares que têm se posicionado pela aprovação das mudanças que buscam tornar o Brasil mais competitivo e capaz de gerar novos empregos.

A arte que acompanha o manifesto traz uma releitura da bandeira do Brasil a partir dos principais desafios atuais: o tapume remete às obras e reformas; a placa de trânsito traz a noção de sinalização e de rumo a ser seguido; e o papel blueprint destaca a necessidade de planejamento, produtividade e gestão.

"Nós, responsáveis por manter a economia ativa, mesmo em tempos de recessão, não suportamos mais a alta carga tributária, os escândalos políticos e, sobretudo, a insegurança jurídica que derruba nosso estímulo para contratar e investir em novos funcionários. A aprovação da Modernização Trabalhista na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados nos deixa esperançosos. Esta realidade precisa mudar para que o Brasil volte a crescer", defendeu o presidente da FetranDESC, Ari Rabaiolli.

O Cofem é composto pelas federações empresariais que representam todos os setores da economia catarinense: indústria (Fiesc), comércio (Fecomércio), agricultura (Faesc), transportes (FetranDESC), das Associações Empresariais (Facisc), das micro e pequenas empresas (Fampesc) e das Câmaras de Dirigentes Lojistas (FCDL).



Por um novo Brasil

O Brasil enfrenta uma das maiores crises de sua história, não só do ponto de vista político e econômico, mas também de natureza ética. As sucessivas e estereotipadas denúncias de corrupção em todas as esferas de Poder decepcionam e assombam o povo brasileiro. A gravidade da situação exige a união de todos os brasileiros para, respeitando a Constituição e o Estado de Direito, debelar a corrupção e reconstruir um país que valorize quem trabalha, empreende e vive honestamente.

Ao mesmo tempo, é importante que o Congresso Nacional, o Poder que hoje pode mudar a realidade nacional, efetive as reformas fundamentais para o desenvolvimento econômico e social do País. Merecem nosso apoio e reconhecimento os deputados e senadores que têm se posicionado pela aprovação das mudanças que buscam tornar o Brasil mais competitivo e capaz de gerar empregos.

A ordem e o progresso insculpidos na bandeira devem ser os norteadores de nossos passos.



Comissão de Constituição e Justiça da Alesc aprova por unanimidade PL que combate a receptação de cargas roubadas

Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc) aprovou na manhã do dia 20 de junho por unanimidade o Projeto de Lei (PL) 53.3/2017, que prevê a cassação da inscrição estadual de empresas receptoras de carga roubada. A partir desta medida, o documento segue em tramitação nas Comissões de Finanças e Tributação (CFT), presidida pelo deputado Marcos Vieira (PSDB), e de Segurança Pública, liderada pelo parlamentar Romildo Titon (PMDB).

"Esta é mais uma conquista no combate ao roubo de cargas em Santa Catarina e, consequentemente, no Brasil. Os nossos parlamentares entenderam a importância deste Projeto de Lei e os impactos que o roubo de cargas causa para o setor produtivo como um todo", avaliou o presidente da Fetrancesc, Ari Rabioli.

Um parecer técnico emitido pelo assessor de Segurança da NTC&Logística, Cel. Paulo Roberto de Souza, faz a defesa do PL, que também tramita em outros Estados do Brasil. O material foi protocolado na CCJ e irá compor o projeto durante tramitação na Alesc.

Cofem apoia a causa – Todas as entidades que compõem o Conselho das Federações Empresariais de Santa Catarina (Cofem/SC) emitiram manifesto de apoio ao PL, individualmente e no coletivo. "O apoio não é em vão. Todos os setores são prejudicados pelo roubo de cargas. Os presidentes das federações entendem isto também, já que, além de comercializar produtos sem procedência, há renúncia de tributos duplicada quando ocorre o roubo e a receptação de carga roubada", defendeu Rabioli.

Volvo FH

é o caminhão com melhor valor de venda

O caminhão Volvo FH conquistou pelo terceiro ano consecutivo o prêmio Melhor Valor de Venda – Veículos Comerciais 2017, na categoria Caminhões Pesados. O reconhecimento é fruto de um estudo conduzido pela Agência Autoinforme, em parceria com a Editora Frota&Cia e a Textofinal comunicação integrada.



O modelo FH 540 6x4T é o veículo que registrou a menor depreciação do segmento no período de um ano, de acordo com a tabela Molicar. Com um motor de 540cv, conta com a renomada caixa I-Shift, uma cabine confortável e espaçosa, além de soluções de conectividade e toda tecnologia Volvo embarcada. É a solução ideal para os segmentos que fazem uso de implementos com CMT de até 74 toneladas, como os bitrens e rodotrens.

“É um orgulho receber este reconhecimento do mercado, que reflete o desempenho e a confiança em nossos caminhões. A Editora Frota é muito respeitada e o método de avaliação é muito profissional e confiável”, comentou o gerente de seminóvulos da Volvo, Rogerio Kowalski.



Com 1.426 unidades comercializadas em 2016, o FH 540 6x4T figura no topo da lista da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), que contempla as vendas do segmento, e é o “Caminhão Pesado do Ano” pelo Prêmio Lótus, também realizado pela Editora Frota.

Os vencedores do Prêmio Maior Valor de Venda são decididos com base em um estudo de depreciação de veículos comerciais, realizado a partir da tabela Molicar, que reúne informações de vendas de veículos autorizadas e independentes de todo o país.



“A menor depreciação espelha o resultado que o FH gera para seus proprietários e é uma clara medida que os investimentos feitos pela Volvo para proporcionar aos nossos clientes as tecnologias mais modernas estão sendo reconhecidos”, destacou o diretor de caminhões Volvo no Brasil, Bernardo Fedalto.

SEMINOVOS DICAVE

CAMINHÕES REVISADOS
E COM GARANTIA DE
PROCEDÊNCIA DICAVE





Dicave

A concessionária Volvo em Santa Catarina

Os clientes Dicave contam com 13 filiais em todo o estado de Santa Catarina: Itajaí (matriz), Araquari (Joinville), Caçador, Chapecó, Concórdia, Içara (Criciúma), Lages, Mafra, Rio do Sul, Videira, Palhoça, Tubarão e Blumenau. Em breve, também será inaugurada a filial de São Miguel do Oeste, no extremo oeste do estado.

Sempre em contínua expansão para atender às novas demandas de um mercado em evolução, a Dicave faz constantes investimentos em ampliação, modernização de instalações e capacitação profissional, o que permite prestar um suporte de qualidade superior.

A empresa conta, ainda, com um Centro de Treinamento Volvo em Itajaí, para capacitar e desenvolver os profissionais que vão conduzir os veículos Volvo. Tudo isso para assegurar o sucesso dos clientes.

Além de as concessionárias estarem equipadas com os mais avançados recursos tecnológicos, o grande diferencial da Dicave é contar com uma equipe altamente capacitada e comprometida em prestar um atendimento premium.

Mais informações, acesse: www.dicave.com.br

**MELHORES
TAXAS E PRAZOS
ESTENDIDOS**

60X ATÉ

**CONFIRA
NOSSO ESTOQUE**



Acesse: dicaveseminovos.com.br

(47) 3249.5055

Dicave
Sua concessionária Volvo em Santa Catarina.

Página dos Sindicatos



DUPLICAÇÃO DA BR-470

Lideranças empresariais pressionam por duplicação da BR-470

Trcho a ser duplicado
De Indaial a Navegantes



As principais lideranças empresariais do Vale do Itajaí estão mobilizadas para pressionar por mais agilidade e liberação de recursos para duplicação da rodovia BR-470. Em março foi criado um Comitê, liderado pelo Sindicato do Comércio Varejista de Blumenau e Região (Sindilojas), que conta com o apoio do Sindicato das Empresas de Transporte de Carga e Logística no Estado de Santa Catarina (Setcesc).

O Comitê é composto por 40 entidades empresariais do Médio Vale e está sob a coordenação de Felix Theiss, consultor empresarial e ex-prefeito de Blumenau. Um dos primeiros grandes encontros ocorreu em Florianópolis, na sede da Fecomércio/SC, durante reunião do Conselho das Federações Empresariais de Santa Catarina (Cofem). O objetivo foi apresentar números ao superintendente do Dnit em Santa Catarina, Vissilar Pretto, e ao diretor do Ministério dos Transportes, Fábio de Freitas.

"A ampliação da capacidade da BR é uma demanda histórica dos catarinenses, tanto pela atividade econômica de Santa Catarina, quanto pelo comprometimento da segurança e da fluidez, diagnosticado desde o início da década de 1990", reforçou o presidente do Setcesc, Osmar Ricardo Labes.

Comitê pleiteia R\$ 250 milhões ainda esse ano - O deputado federal João Paulo Kleinübing, atual coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, junto com o senador Dalirio Beber e o prefeito de Indaial, André Moser, estiveram no Ministério do Trabalho para uma reunião em que discutiram modelo de concessão da rodovia. O Comitê está pleiteando suplementação de verba para o orçamento da obra em mais R\$ 250 milhões ainda neste ano.

O custo para duplicar 73,2 quilômetros da rodovia, no trecho entre Navegantes e Indaial, é de R\$ 1,5 bilhão. A necessidade deste ano gira em torno de R\$ 400 milhões, mas o orçamento da União prevê apenas R\$ 81 milhões para a obra. Deste total, R\$ 417 milhões seriam destinados para as 1.442 desapropriações nos quatro lotes da obra, mas o governo federal disponibilizou apenas R\$ 10 milhões.

Duplicação poderia ser paga com 79 dias de arrecadação dos impostos - Um cálculo desenvolvido pelo professor Nazareno Schmoeller (FURB), encomendado pelo Sindilojas, comparou o custo da duplicação com a arrecadação de impostos federais no Médio Vale do Itajaí. A conclusão é que em apenas 79 dias de arrecadação seria possível pagar a duplicação. Para se chegar a esse número, dividiu-se o valor da obra R\$ 1,5 bilhão por R\$ 18,9 milhões, valor diário gerado em impostos federais no Médio Vale do Itajaí.

Atraso nas obras traz impactos econômicos e sociais - O Comitê pela Duplicação da BR-470 pretende chamar a atenção para os impactos econômicos e sociais causados pelo atraso na duplicação da rodovia. A obra iniciou em 2013 e até o momento a duplicação não iniciou nos lotes 3 e 4, além de estar em ritmo lento nos lotes 1 e 2.

Pelo menos 80% das exportações catarinenses passam pela rodovia até chegar aos Complexos Portuários de Itajaí e Navegantes. A movimentação para exportação chega a 4,8 milhões de toneladas, totalizando US\$ 6,7 bilhões. De importação foram 2,4 milhões de toneladas, somando US\$ 5,4 bilhões.

O custo com acidentes em 2016 somou cerca de R\$ 125 milhões. Foram mais de 1,7 mil mortes registradas na BR-470, entre 2000 e 2017, no trecho abrangendo Navegantes até Puro Redondo.

Cobrança começa a surtir efeito com obras de manutenção - Com previsão para conclusão em seis meses, o Departamento Nacional de Infraestrutura (Dnit/SC) contratou uma empresa para trocar asfalto velho danificado por uma camada nova em trechos mais críticos da 470.

A recuperação inclui a parte que antecede a interseção com a BR-101 e, na sequência, em outros dois trechos em condições semelhantes, em Gaspar e Blumenau. O objetivo do Dnit é melhorar a sinalização em todo o trecho que está sendo duplicado, de Indaial a Navegantes.

Por um novo Brasil:

Cofem/SC entrega pleitos do setor produtivo à Frente Parlamentar Catarinense



Os pleitos do setor produtivo catarinenses estão nas mãos dos parlamentares da bancada federal de Santa Catarina. Um documento elaborado pelo Conselho das Federações Empresariais (Cofem/SC) foi entregue do dia 12 de julho a deputados e senadores em um café da manhã na Câmara dos Deputados, em Brasília. A iniciativa dá a largada na campanha “Por um novo Brasil” lançada pela Fecomércio/SC e abraçada pelo conselho em junho.

O material elenca diversos itens que impactam diretamente o setor produtivo. O presidente da FetranDESC, Ari Rabioli, reforçou, na ocasião, o Marco Regulatório, a Tabela do Frete Mínimo, os repasses para o Sistema S, a desoneração da folha de pagamento e as obras de infraestrutura que o Estado precisa como os itens que refletem no Transporte Rodoviário de Cargas.

Para Rabioli, esta aproximação com os parlamentares é fundamental para que estes projetos sejam atendidos. “A prosperidade da economia catarinense depende deste apoio.

A nossa união (das Federações) é fundamental e tem destaque no cenário nacional. Esta força, aliada ao constante apoio que temos conquistado da bancada do Estado, é a chave para as mudanças que já começam a dar sinais para impulsionar o Brasil nesta saída de recessão”, enfatizou o presidente da FetranDESC durante o café da manhã.

Parabéns aos senadores e deputados federais catarinenses que aprovaram a Reforma Trabalhista. Vocês lutam contra o desemprego e pela construção de um País mais competitivo.

O Transporte Rodoviário de Cargas de Santa Catarina agradece a vocês!

Senadores:



Deputados federais:



Visita aos senadores catarinenses

O presidente da FetranDESC, Ari Rabioli, também visitou os senadores catarinenses, Dalirio Beber, Dário Berger e Paulo Bauer, durante o período em que esteve em Brasília. A todos eles, reforçou o pedido de apoio à manutenção dos repasses ao Sistema S, além de revisões e contribuições para a aprovação do Marco Regulatório do Transporte Rodoviário de Cargas (TRC). Também os agradeceu pela votação que aprovou a Reforma Trabalhista no dia 11 de junho.



Tradição e inovação são aliadas para o constante desenvolvimento da Tombini Transportes

A Tombini é uma empresa catarinense que atua predominantemente no transporte rodoviário de cargas secas e refrigeradas desde 1977. A matriz da empresa está localizada em Palmitos/SC e possui mais 9 filiais, entre elas, a de Jundiá, em São Paulo, onde dispõe de uma estrutura completa para abastecimento e a realização de manutenções preventiva e corretiva.

Valdir Tombini é sócio presidente e administra a Tombini ao lado de seus filhos Clecio Tombini e Marivalda Tombini Gomes, ambos sócios diretores. Com uma frota própria e atuação em todas as regiões do país, a Tombini atende os mais diversos segmentos: alimentício, higiene e beleza, saneantes, cosméticos, entre outros.

Nos últimos anos, a Tombini tem buscado se adequar às exigências de seus clientes, aprimorando seus processos internos, além de investir fortemente nas questões que envolvem a segurança na estrada, bem como atuar de forma ambiental e socialmente responsável.

Essas iniciativas refletem diretamente no crescimento de seus negócios. No último ano, a Tombini conseguiu superar o período crítico da economia e dos fortes impactos sofridos pelo transporte rodoviário.



Entrevista

Clecio Tombini é Sócio Diretor da Tombini & Cia Ltda. Formado em Administração de Empresas pela Faculdade de Ciências Econômicas de Palmas, tem 40 anos e é responsável pelas áreas comercial e operacional da empresa.

Fetranscc – Como você avalia os impactos da crise econômica no transporte rodoviário de cargas?

Clecio – Os últimos 3 anos têm sido desafiadores para os empresários do ramo de transportes. Sofremos o aumento dos custos e tivemos de renegociar nossas tarifas, reduzindo nossas margens de lucros para continuidade de nossas parcerias. Diante deste cenário buscamos novas oportunidades para manter a solidez dos nossos negócios: desenvolvemos novos clientes, buscamos maior produtividade e, principalmente, reduzimos nossos custos.

Fetranscc – Para este ano, você acredita em uma retomada da economia?

Clecio – Estou bastante otimista para os resultados da Tombini neste ano. Na minha avaliação, a economia voltou a ficar aquecida. Há muitas oportunidades de negócios para as empresas que oferecem um bom nível de serviço.

Fetranscc – Quais as maiores dificuldades do setor de transportes?

Clecio – Certamente é a captação de mão de obra profissional e qualificada, cada vez mais escassa. Vejo, ainda, as perdas como um grande desafio para o



transportador, sejam elas, avarias, faltas de mercadorias, consumo de combustível, desvio de rotas e, claro, os acidentes e roubos – tanto de veículos, como de cargas. É preciso entender o impacto que essas perdas podem acarretar nos resultados da empresa.

Fetranscc – E as maiores oportunidades para o setor?

Clecio – As empresas precisam estar atentas aos nichos que atendem para oferecer equipamentos adequados às necessidades de cada cliente. Frequentemente nos vemos diante de situações que requerem a reinvenção do nosso negócio para atender aos – cada vez mais elevados – níveis de serviço esperados pelos embarcadores. Hoje a Tombini possui carretas de diferentes alturas, larguras, capacidades e configurações para atendê-los. E isso, claro, vale para todos os segmentos de mercado. Sempre há uma oportunidade de aprimorar, de tornar nosso negócio mais rentável e de oferecer novas soluções logísticas.



Sócio Mantenedor

Diamante

Transpocred

é única do segmento a participar da TranspoSul, em PortoAlegre/RS

Uma oportunidade para prospectar negócios, expandir atuação no Rio Grande do Sul e agregar conhecimento. Este foi o propósito da Transpocred ao participar da 19ª TranspoSul – Feira e Congresso de Transporte e Logística, única do segmento a participar do evento que ocorreu em junho em Porto Alegre.

Nos três dias de TranspoSul, palestras e debates sobre economia, modernizações tecnológicas para o Transporte Rodoviário de Cargas e o futuro da política no Brasil promoveram uma verdadeira troca de conhecimentos.

**A ÚNICA COOPERATIVA
BRASILEIRA SEGMENTADA
PARA ATENDER OS
PROFISSIONAIS DO RAMO
DE TRANSPORTE**

www.transpocred.coop.br

TRANSPOCRED



Para o presidente da Fetranesc e da Transpocred, Ari Rabioli, o evento foi além disso. Foi a oportunidade de expandir a prestação de serviços da cooperativa de crédito no Rio Grande do Sul, além de ficar por dentro das novidades para o setor.

“Fizemos novos relacionamentos. Finalizamos a participação com aprendizado maior para aplicarmos no nosso dia-a-dia, tanto nas empresas quanto nas entidades”, avaliou.

Rabioli foi acompanhado de colaboradores da Transpocred, além dos presidentes do Setram, Ribeiro Lima; do Setcsc, Osmar Ricardo Labes; e do Sitran, Deneraci Perin; bem como de comitiva de Chapecó (Sitran) e de Criciúma (Setransc).

Mais de mil visitantes – O estande de 30 m² da Transpocred recebeu mais de mil pessoas ao longo dos três dias do evento, do total de 13 mil participantes. A presença no local consolidou a marca da cooperativa de crédito, na avaliação da diretora executiva, Roberta Caldas, além de “promover relacionamento com diversas entidades de classe do Rio Grande do Sul”.



Artigo Jurídico

Crise? É possível se proteger com planejamento tributário

por Luiz Gustavo S. e Silva e Ariel Silva



Luiz Gustavo S. e Silva



Ariel Silva

O transporte rodoviário de cargas é uma das atividades empresariais que mais contribui quando o assunto é a tributação a ele aplicada. Isso porque tal ramo responde por mais de 60% de toda a carga transportada no Brasil, segundo pesquisa realizada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT).

São incontáveis os tributos ao qual este tipo de atividade está submetido. No entanto, o retorno previsto em infraestrutura, segurança e incentivos fiscais para a realização da atividade é cada vez menos animador. Ainda assim, em março deste ano o Governo Federal anunciou por meio da Medida Provisória 774/2017 a "reogeração" da folha de pagamento para as empresas que exploram o transporte rodoviário de cargas.

A partir de 1º de julho, quando começaram a vigorar as regras da MP, tais empresas perdem a possibilidade de realizar a contribuição pela receita bruta (alíquota de 2% – desoneração da folha) e só poderão recolher sua folha de pagamentos pagando a pesada alíquota de 20% sobre a própria folha de pagamento.

A medida política adotada pelo governo tem como justificativa a necessidade de cobrir o "rombo nas contas públicas". Ocorre que tal medida pode comprometer ainda mais o desenvolvimento e a retomada do crescimento econômico do país, justamente pelo fato de que, em concomitância com a edição da MP supramencionada, houve ainda um corte de investimentos significativos, mais especificamente em 44,2% do orçamento previsto para este ano em comparação com a Lei Orçamentária de 2016 (Dados da CNT).

Ou seja, o empresário do ramo fica ainda mais onerado e perde previsão de retorno em infraestrutura e segurança, itens fundamentais para a redução das despesas com manutenção dos veículos e indenizações por acidentes de trabalho. Enfim, o contribuinte paga o pato e fica ainda mais desassistido.

Ainda, em estudo realizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada (Ipea), as empresas de transporte rodoviário de cargas que atuam no Brasil têm média de rentabilidade de apenas 6%. Muito provável que tal cenário ocorra pela má gestão tributária. Isso mesmo! Mais do que nunca, as empresas do ramo devem adotar o planejamento tributário como política interna prioritária para o seu desenvolvimento, mesmo em momentos de pouco caso político com a atividade. Tal planejamento deve ainda estar vinculado a uma inteligente gestão do passivo tributário e larga utilização dos créditos tributários acumulados.

Assim, primeiramente, são de fundamental importância a correta escolha da opção de regime tributário e a existência de uma análise periódica multidisciplinar (contador e assessoria jurídica especializada) da carga tributária frente às características da empresa, as quais se modificam de acordo com as variações do cenário político e mercadológico nacional. Enfim, se há uma solução em meio à crise, ela é o conhecimento profundo da legislação tributária em consonância com as metas da empresa a curto, médio e longo prazo.

- Advogado, graduado pela Faculdade de Ciências Sociais de Santa Catarina, especialista em Direito Tributário.

- Advogado, professor universitário, Mestre em Direito pela UFSC.

HS
HANAUER & SILVA
ADVOCACIA EMPRESARIAL

Agenda

FETRANDESC



Agenda

| Circuito Ciclístico do SEST SENAT

Data: 23 e 24/agosto

Local: Lages/SC

| 3ª Reunião Itinerante de Diretoria da FetranDESC

Data: 18/setembro

Local: Tubarão/SC

| Copa SEST SENAT – etapas finais

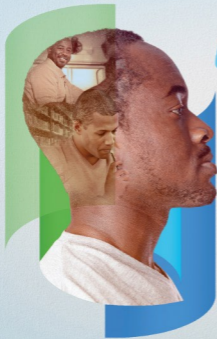
Data: 6 e 7/outubro

Local: Chapecó/SC

| Circuito de Caminhada e Corrida do SEST SENAT

Etapa Criciúma: 8/outubro

Etapa Florianópolis: 22/outubro



ESTUDO
É O MELHOR
AMIGO DO
TRABALHADOR
DO TRANSPORTE.

COMPLETE O ENSINO
FUNDAMENTAL E MÉDIO.



O melhor caminho é onde você tem tudo o que precisa.



TV Camer



A Coopercarga é um dos maiores e mais completos operadores logísticos do país. Oferece soluções integradas, executando todos os processos de transferência (Brasil e demais países do Mercosul), armazenagem e distribuição.

Tudo isso para agregar mais eficiência às suas operações.

■ 49 3301.7000
■ coopercarga.com.br

COOPERCARGA[®]
LOGÍSTICA